

# FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS NO BANCO DE ALIMENTOS – SANTO ANDRÉ – SP.

---

Março de 2016



**PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ**

**EXPEDIENTE**

**Famílias Beneficiárias no Banco de Alimentos – Santo André – SP.**

**PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ**

Carlos Grana – Prefeito

Oswana Fameli – Vice-prefeita

**Realização**

**SECRETARIA DE ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO – SOPP**

Alberto Alves de Souza – Secretário

Miriam Mary Marcon Armelin – Secretária Adjunta

**Elaboração**

**DEPARTAMENTO DE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS – DISE**

Daniel Bicudo Veras

Kelli Freitas Galante

Marcelo de Jesus Phintener

Maria Cristina Machado de Lima

Renata Moré

**Apoio Administrativo**

Keila Lima

## As famílias beneficiárias no Programa Banco de Alimentos

A política nacional de erradicação da pobreza e da fome, implementada no Brasil a partir de 2003, concebe essa possibilidade diante da articulação de políticas públicas que, coordenadas, amparam a população em situação socioeconômica desfavorável, em suas mais urgentes necessidades, bem como abrem um leque de oportunidades relacionadas a outras políticas sociais. A concepção geral prevê que apenas de forma articulada e nos mais diversos âmbitos das políticas sociais em que essa população possa ser inserida, como nas áreas de educação, trabalho, alimentação e moradia, torna-se possível o alcance dos meios de superação da situação desfavorável para a transição a uma nova e melhor condição de vida.

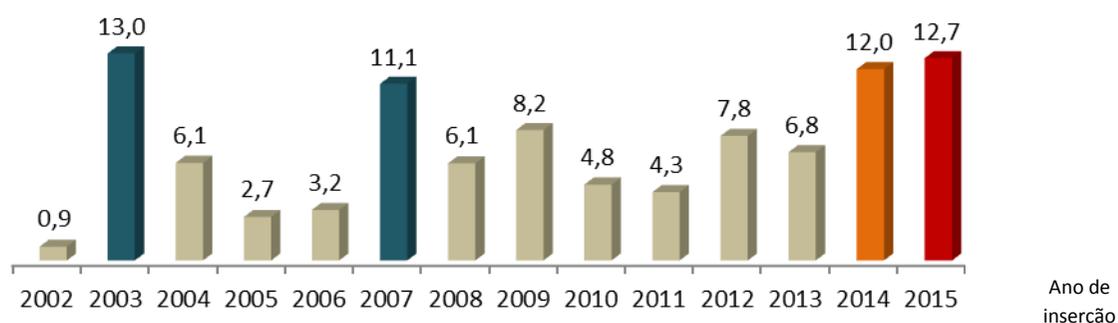
O Cadastro Único de Beneficiários Sociais (CadÚnico), gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem papel indispensável neste arranjo organizacional. O CadÚnico é uma base de dados, alimentada pelos serviços sociais dos municípios brasileiros, que registra informações dos beneficiários das diversas políticas vinculadas a recursos do Governo Federal, e pode, atualmente, operar como uma plataforma de acesso a programas sociais como Água para Todos, Bolsa Verde, Minha Casa Minha Vida, Telefone Popular e Tarifa Social de Energia Elétrica (MDS). Por meio do CadÚnico e tecnologia social para extração e análise das informações, possibilita-se que sejam conhecidos, por exemplo, o conjunto da atuação da política, perfil socioeconômico e situação geral de famílias de baixa renda, além da localização de potenciais beneficiários de políticas de inclusão social específicas.

O Banco de Alimentos de Santo André (PBA) passa desde 2013, por uma reestruturação que vem possibilitando a revisão do público beneficiário. Hoje, o programa atua, como mencionado anteriormente, em duas frentes, sendo uma delas a que atende cerca de 12 mil pessoas por meio de oferta de alimentos a instituições que preparam a alimentação diária servida a essa parcela da população. Outra frente do programa diz respeito à entrega mensal de alimentos, a instituições que os repassam a 5.385 famílias ou 18.215 pessoas, cujo consumo depende de preparo próprio.

Neste trabalho são apresentadas as condições socioeconômicas de parte dessas famílias, daquelas que são beneficiárias do PBA e estão cadastradas no CadÚnico, o

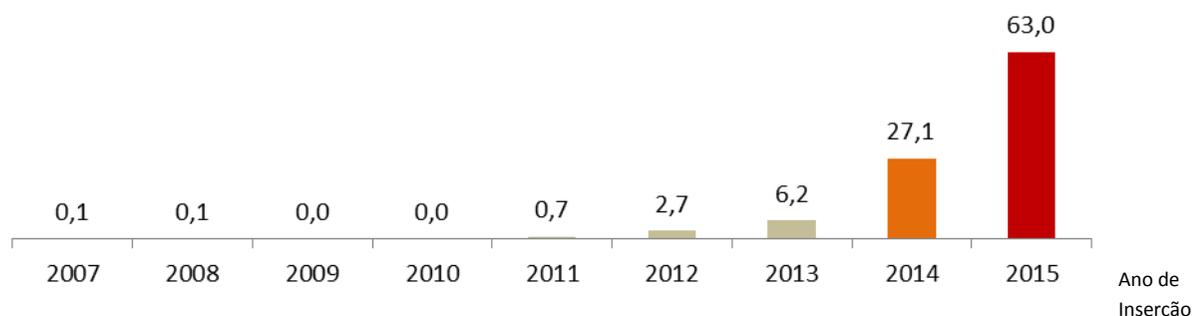
que possibilitou a extração das informações. Outro fator que contribuiu com essa possibilidade foi o fato de que a partir de 2013 essas famílias também foram agregadas ao Banco de Dados do Cidadão (BDC), base que coleta informações de beneficiários das políticas sociais municipais. Da correlação entre as duas bases de dados, encontrou-se, não por acaso, coincidência em 75% dos cadastros, o que significa dizer que, do universo de famílias beneficiárias do PBA, 4.036 famílias estão cadastradas no CadÚnico. Dessa forma, podemos afirmar que a ação municipal de cadastramento e atualização cadastral, com atuação contundente nos anos de 2014 e 2015, obteve sucesso no que diz respeito à integração de famílias em situação de baixa renda, pobreza, ou extrema pobreza no CadÚnico, como mostram os gráficos 1 e 2.

**Gráfico 1 – Famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiárias do Banco de Alimentos segundo ano de inserção cadastral, Santo André – 2002 a 2015 (%).**



Fonte: CadÚnico/MDS, novembro 2015. Elaboração: DISE/SOPP/SIAS/PSA

**Gráfico 2 – Famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiárias do Banco de Alimentos segundo ano de atualização cadastral, Santo André – 2007 a 2015 (%).**



Fonte: CadÚnico/MDS, novembro 2015. Elaboração: DISE/SOPP/SIAS/PSA

Esta coerência entre as fontes de informação também aponta que a ação de reestruturação do público beneficiário vem acompanhando a proposta de articulação das políticas sociais para superação da miséria e da fome, e pode-se inclusive reafirmar esse potencial diante do fato de que 81% das famílias beneficiárias do PBA e cadastradas no CadÚnico pertencem ao universo de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), ou seja, as famílias beneficiárias do PBA são parte das pessoas moradoras de Santo André que possuem as condições mais adversas de vida, como se poderá ver adiante.

Com o propósito de fornecer um quadro para entendimento da realidade em que estão inseridas essas famílias, apresentam-se abaixo informações que compõem principalmente um perfil do titular ou responsável pelo benefício.

\*\*\*

As famílias beneficiárias do PBA, cadastradas no CadÚnico, representam 4.036 casos, logo há 4.036 titulares do benefício. Essas pessoas são aquelas das quais os outros membros da família dependem total ou parcialmente para a realização da existência material, ou seja, para se alimentarem, irem à escola, vestirem-se, entre outras necessidades. Em sua maioria, são famílias compostas por até 3 pessoas (56,2%), com número também significativo de famílias que possuem de 4 a 6 pessoas em sua composição (40,6%); número que ganha mais importância se levarmos em consideração que a maioria dessas famílias vive em estado de penúria.

Quando se observa o mesmo universo de pessoas por faixa etária, encontram-se 50,1% de pessoas na faixa etária dos 16 aos 59 anos, e 49,9% de pessoas nas faixas etárias de 0 a 15 anos e acima dos 60 anos. Com estes números, podemos inferir que a razão de dependência familiar é alta, visto que o público de crianças e idosos corresponde a praticamente metade do universo populacional estudado, dado de composição familiar que aponta uma das fragilidades associadas à condição das famílias socioeconomicamente vulneráveis.

No estudo Panorama da Pobreza em Santo André (PSA 2015), a razão de dependência familiar é apresentada também para o total de famílias beneficiárias do PBF na cidade, ou seja, para famílias cuja situação é de pobreza ou extrema pobreza<sup>1</sup>:

“(…) A razão de dependência demográfica de crianças e idosos (no grupo etário de 0 a 15 anos e 60 anos ou mais), no universo de beneficiários chega a 48% (quase 25 mil pessoas); situação que interfere diretamente nas condições de superação da pobreza. ”

Observando os titulares por sexo, a média de idade para os titulares do sexo feminino é de 39 anos e para o sexo masculino é de 46 anos, sendo o titular do benefício, em 94% dos casos, do sexo feminino. O PBA prioriza a mulher como titular do benefício, decisão que está amparada em diretriz das políticas sociais nacionais, acompanhando tendência internacional, e que se reflete nas características dos titulares. Esta diretriz se vale de argumentos como o fato de que a mulher tende a investir seu rendimento na própria família em montante muito superior ao homem. Segundo um artigo intitulado *Empowering Girls & Women*:

“Quando a mulher trabalha, elas investem 90% de seu salário em suas famílias, e os homens 35%. Ao se concentrar em meninas e mulheres, empresas e organizações inovadoras podem estimular o progresso econômico, expandir os mercados, e melhorar os resultados de saúde e educação para todos” (*Clinton Global Initiative*<sup>2</sup>).

A cidade de Santo André possui 27,7% de pessoas com cor/raça *negra*<sup>3</sup>, segundo Censo Demográfico de 2010 do IBGE, com estimativa para 2015. Quando se observa o percentual de titulares do PBA no CadÚnico com relação à cor/raça, 59,9% possuem cor/raça *negra*. Tal informação apresenta um quadro que conecta a condição de pobreza e ser *negro* em Santo André, visto que do total de famílias socioeconomicamente vulneráveis, o percentual de *negros* é mais do que o dobro verificado para o conjunto da população, fato relacionado à condição do *negro* na história social brasileira com reflexo no município, e sua conexão com as atuais condições de vida dessa parcela da população.

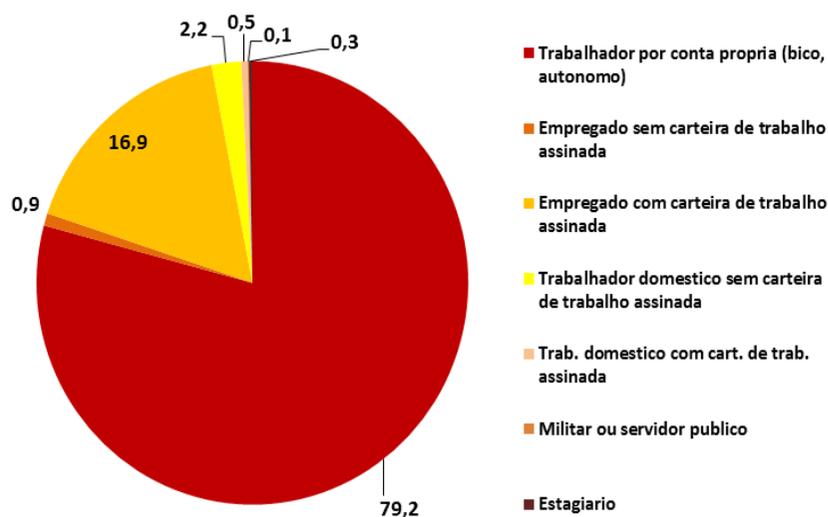
<sup>1</sup> Pelo atual critério de corte utilizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que delimita as faixas referentes à condição socioeconômica das famílias, a família em situação de extrema pobreza é aquela cujos membros têm renda *per capita* de 0 a R\$77,00; e as famílias em situação de pobreza, aquelas cujos membros têm renda *per capita* de R\$77,00 a R\$154,00. No caso do Programa Banco de Alimentos, o critério para recebimento do benefício é a família ter renda *per capita* igual ou inferior a R\$200,00.

<sup>2</sup> <http://www.un.org/>

<sup>3</sup> É utilizada neste trabalho a categoria cor/raça agrupada, elaborada pelo IBGE, pela qual a cor/raça *negra* engloba as pessoas pretas, pardas e indígenas, e a cor/raça *não negra* engloba as pessoas brancas e amarelas.

No recorte do trabalho, os dados a respeito dessas famílias revelam que elas compõem parcela da classe trabalhadora atrelada a setores menos estruturados da economia, inserida em ocupações instáveis, muitas vezes informais, com acesso mais precário ao mercado. Dessa forma, pode-se afirmar que este universo de pessoas está muito mais suscetível às vicissitudes do mercado de trabalho, como informalidade, desemprego e baixos rendimentos. Nesse contexto, dos 4 mil titulares do PBA, 36% deles (1.450 pessoas) exercem alguma atividade econômica, e destes, 79% (1.148 pessoas) são trabalhadores marcados pela informalidade, como ilustra o gráfico 3.

**Gráfico 3 - Titulares do PBA, cadastrados no CadÚnico, que compõem a População economicamente ativa (PEA) ocupada, segundo posição na ocupação<sup>4</sup> – Santo André, 2015 (%).**



Fonte: DISE/SOPP/SIAS/PSA a partir do CadÚnico, 2015.

<sup>4</sup> Retração econômica, aumento do desemprego, variáveis macroeconômicas observadas em 2015, tendem a deteriorar aspectos importantes do mercado de trabalho, sobretudo onde ele é menos estruturado, de modo a arrastar parcela significativa da classe trabalhadora à informalidade e ao desemprego, afetando diretamente seu nível de vida. A título de exemplo, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego — PED (Seade/Dieese), o desemprego na região do grande ABC, que compreende 7 cidades — Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Caetano e São Bernardo — aumentou 16,8%, saltando a taxa média de desemprego de 10,7% em 2014 para 12,5% em 2015. Ainda segundo a mesma pesquisa, “em 2015, o nível de ocupação na Região do ABC diminuiu em 2,5%. A eliminação de 32 mil postos de trabalho, associada ao ligeiro decréscimo da População Economicamente Ativa – PEA (7 mil pessoas deixaram de fazer parte da força de trabalho da região, ou 0,5%), resultou no aumento do contingente de desempregados em 25 mil pessoas.” A respeito da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil ao longo de 2015, sobretudo acerca do aumento da informalidade ao longo do ano em questão, ver **Nota Técnica do Ipea nº 23**, de janeiro de 2016. “Análise da Dinâmica do Emprego Setorial de 2014 a 2015”.

A propósito, parcela significativa de trabalhadores, cadastrados no CadÚnico em Santo André, é contratada sem vínculo formal, como atestou o estudo Panorama da Pobreza em Santo André (PSA 2015). Tal instabilidade na trajetória laboral dessas pessoas inevitavelmente reflete em seus rendimentos mensais. Daí resulta que o rendimento mensal do trabalho declarado no cadastro é igual ou inferior ao valor de ½ salário mínimo para 66% dos trabalhadores, ou seja, R\$ 394,00 do salário mínimo vigente em 2015 (R\$ 788,00). Outra questão a ser apontada além dos baixos salários, é que esses trabalhadores são mais expostos às condições precárias de trabalho, também pelo fato de possuírem menor qualificação: 61% pertencem ao grupo que tem baixa qualificação, 38% possuem média qualificação, e menos de 1% possui alta qualificação.<sup>5</sup>

No que diz respeito às condições de moradia dos beneficiários, quando se observa o domicílio para analisar o grau de precariedade de sua construção, nota-se que a maioria é construída com material adequado, do tipo alvenaria com revestimento em 67% dos casos, conforme ilustra a tabela 1. Domicílios construídos em alvenaria sem revestimento somam 17% dos casos, e, em situação de maior precariedade, os domicílios construídos com material inadequado, como madeira aparelhada e revestida, representam, respectivamente, 6% e 9% dos casos.

---

<sup>5</sup> A qualificação consiste em um agrupamento de graus de instrução, sendo considerado o curso mais elevado que a pessoa frequentou. Dessa forma a baixa qualificação compreende ensino fundamental completo e incompleto; média qualificação: ensino médio completo e incompleto; e alta qualificação: graduação completa e incompleta.

**Tabela 1 - Material predominante das paredes externas do domicílio das famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiárias do PBA — Santo André, 2015.**

| <b>Tipo de material</b>                  | <b>Nº Domicílio</b> | <b>%</b> |
|--|---------------------|----------|
| <b>Alvenaria/tijolo com revestimento</b> | 2.718               | 67,6     |
| <b>Alvenaria/tijolo sem revestimento</b> | 672                 | 16,7     |
| <b>Madeira aproveitada</b>               | 372                 | 9,2      |
| <b>Madeira aparelhada</b>                | 234                 | 5,8      |
| <b>Outro Material</b>                    | 20                  | 0,5      |
| <b>Taipa revestida</b>                   | 3                   | 0,1      |
| <b>Taipa não revestida</b>               | 3                   | 0,1      |

Fonte: DISE/SOPP/SIAS/PSA a partir do CadÚnico, 2015.

Um indicativo para se observar as condições materiais das famílias em situação de pobreza é a situação de acesso aos serviços de água, luz, esgoto e coleta de lixo. Percebe-se, como se pode notar na tabela 2, significativo número de domicílios, moradia das famílias beneficiárias do PBA, excluído do acesso a estes serviços. Em uma cidade como Santo André que possui, em comparação à diversidade de cidades brasileiras, boas condições de infraestrutura, entre as quais 98% dos imóveis regularizados ou em área urbanizada ligados à rede de esgoto (Santo André, Conquistas e Melhorias: PSA 2015), e diante da informação de que das 4.036 famílias beneficiárias do PBA, cadastradas no CadÚnico, 917 não possuem acesso simultâneo à água, luz, esgoto e coleta de lixo, temos a dimensão do desfavorecimento desse universo de pessoas.

**Tabela 2 – Situação do acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água pela rede pública, coleta de lixo, escoamento sanitário adequado e energia elétrica das famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiárias do PBA - Santo André, 2015.**

| Situação | Nº Domicílios | %    |
|----------|---------------|------|
| Não      | 917           | 22,7 |
| Sim      | 3.119         | 77,3 |

Fonte: DISE/SOPP/SIAS/PSA a partir do CadÚnico, 2015.

Outra variável captada para se observar as condições de vida dessas famílias foi a despesa domiciliar declarada no CadÚnico, aquela que engloba em sua rubrica de gastos água, luz, gás, transporte, aluguel, medicamento e alimentação. A despesa familiar, além oferecer *uma medida do seu rendimento*, permite indicar como a família reproduz sua existência do ponto de vista material e simbólico<sup>6</sup>. Em outros termos, a despesa familiar expõe uma medida de desigualdade.

Nota-se que o valor médio da despesa global *per capita* (alimentar e não-alimentar) das famílias do PBA cadastradas no CadÚnico, em 2015, era de R\$ 143,42, um déficit orçamentário (diferença entre renda e gasto) médio *per capita* de R\$ 94,00, dado que o valor da renda média familiar *per capita* era em torno de R\$ 50,00, no período analisado. O gasto médio *per capita* com alimentação (R\$ 74,00) tem a maior participação no orçamento doméstico das famílias<sup>7</sup> do PBA (51,4%), como ilustra a tabela 3, superando a renda média familiar *per capita* em 148%. Isto significa dizer que o orçamento é muito superior ao rendimento reportado, constatação que tem como justificativa não ganharem o suficiente para manter um padrão mínimo de bem estar,

<sup>6</sup> A partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é possível avaliar, de modo específico, as condições de vida das famílias, seu perfil de gasto e, principalmente, avaliar subjetivamente tais condições. No entanto, como a POF é uma pesquisa amostral de abrangência nacional, só é possível verificar suas informações por unidade da federação.

<sup>7</sup> A alimentação, dentro e fora do domicílio, representa a maior participação no orçamento das famílias de baixa renda, embora na chamada década inclusiva (2003-2013) as famílias pobres tenham melhorado sua condição material, de modo a elevar o consumo de bens duráveis (como televisão e geladeira, por exemplo). Famílias chefiadas por mulheres, independentemente do estrato de renda familiar, despendem mais recursos com alimentação, sobretudo se há, em sua composição, significativa presença de crianças e idosos (0 a 15 anos e 60 ou mais), faixas etárias que exigem maiores cuidados nutricionais. Em famílias chefiadas por homens, com a mesma configuração familiar, a alimentação também representa maior peso nas despesas do domicílio. No caso das famílias objeto desse estudo, além do considerável percentual de pessoas em razão de dependência em sua estrutura, em torno de 50% como se observou anteriormente, a mulher é em 94% dos casos a responsável pelo domicílio. A respeito desse assunto, ver PINHEIROS, Luana Simões; FONTOURA, Natália de Oliveira. Perfil das Despesas e dos Rendimentos das Famílias Brasileiras sob a Perspectiva de Gênero. Cap. 6 In: *Gastos e consumo das famílias brasileiras contemporâneas* (volume 2). Brasília: Ipea, 2007.

e que ratifica o estado de penúria em que vivem essas famílias. Por este motivo, estão em situação de dependência econômica e, assim, são público alvo das políticas sociais que minimizam as necessidades materiais imediatas.

**Tabela 3 - Despesa média *per capita* das famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiárias do PBA, segundo tipo de despesa - Santo André, 2015.**

| Tipo de despesa | Média (R\$)   |
|-----------------|---------------|
| Alimentação     | 73,83         |
| Luz             | 18,08         |
| Água            | 8,94          |
| Gás             | 12,28         |
| Transporte      | 1,38          |
| Aluguel         | 25,59         |
| Medicamento     | 3,33          |
| <b>Total</b>    | <b>143,43</b> |

Fonte: DISE/SOPP/SIAS/PSA a partir do CadÚnico, 2015.

Com relação ao local de moradia, a maioria dos beneficiários do PBA cadastrados no CadÚnico se encontra na Região Sul I<sup>8</sup>, composta pelas áreas de ponderação Vila Luzita, Jardim Santo André e Cata Preta. A Região Sul I é a localidade que concentra grande parcela da população vulnerável da cidade. Os indicadores socioeconômicos apresentam um quadro de certa homogeneidade interna à região, e por outro lado, as piores condições de vida da cidade que se expressam pelos números mais baixos de escolarização, defasagem idade-série, renda familiar, condições adequadas de moradia, entre outros aspectos.

<sup>8</sup> As *Regiões da Cidade* são uma categoria criada pelo DISE/SOPP/PSA no intuito de observar a cidade de forma mais agregada e em suas características regionais. Cada *Região da Cidade* compõem-se de um agrupamento de *Áreas de Ponderação*, unidades geográficas compostas de setores censitários que são unidades territoriais menores onde são coletadas as informações que compõem os microdados do Censo Demográfico do IBGE. A categoria, que também foi aplicada na base de dados CadÚnico para esse estudo, é composta de seis regiões: Norte, Sul I, Sul II, Centro, Leste e Oeste, que se organizam conforme abaixo:

*Norte*: Camilópolis, Nações, Parque João Ramalho, Santa Terezinha, Parque Capuava, Parque Novo Oratório, Parque Oratório.

*Sul I*: Vila Luzita, Jardim Santo André, Cata Preta.

*Sul II*: Parque Andreense.

*Centro*: Centro, Campestre, Assunção.

*Leste*: Cidade São Jorge, Condomínio Maracanã, Vila Humaitá.

*Oeste*: Vila Palmares, Jardim Bom Pastor, Jardim do Estádio, Jardim Cristiane, Vila Linda, Vila Pires.

Segundo IBGE Censo 2010, estimativa 2015, o contingente populacional de Santo André é de 710,0 mil pessoas, distribuídos territorialmente da seguinte forma: 208,0 mil na região Norte; 104,0 mil na Leste; 99,0 na Sul I; 17,0 mil na Sul II; 86,0 mil no Centro; e 193,0 mil na Oeste.

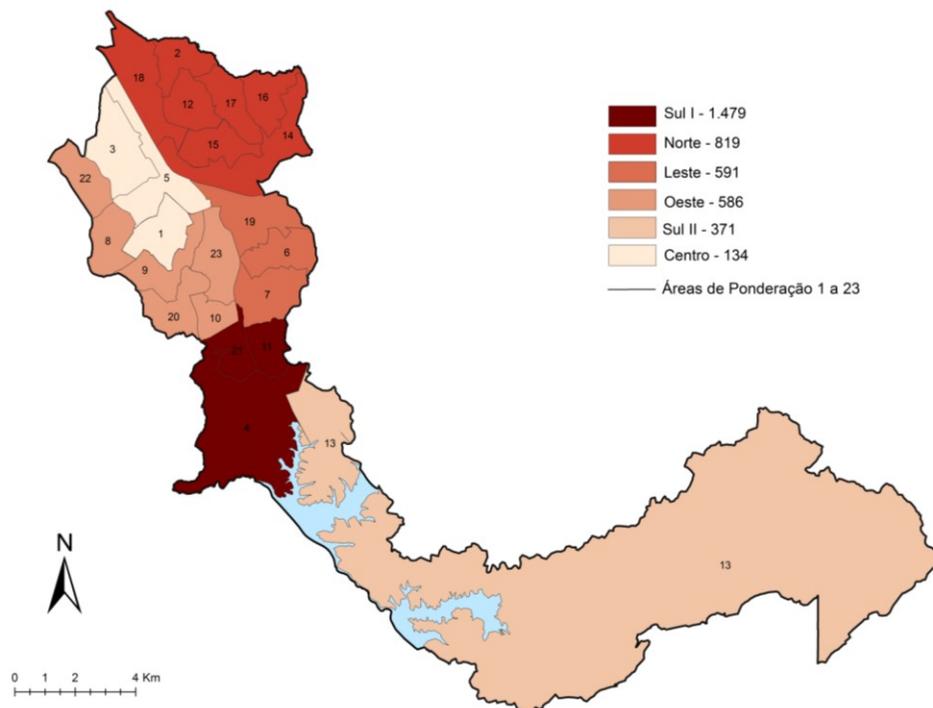
O Panorama da Pobreza em Santo André (PSA 2015), já apontava em dados de 2013, a discussão em torno da vulnerabilidade socioeconômica da Região Sul I, o que os dados de 2015 ainda confirmam, como poderemos ver adiante, embora a ação de superação da pobreza tenha atuado de forma significativa naquela localidade.

“Diante dessa territorialização é possível observar que a população de baixa renda concentra-se na porção sul da Macrozona Urbana de Santo André; destacam-se Cata Preta e Jardim Santo André onde vive o maior número de pessoas de baixa renda e onde se destacam condições de moradia de maior precariedade (PSA 2015)”.

Acompanhando a lógica de distribuição territorial da extrema pobreza, pobreza e baixa renda da cidade, 37,2% dos beneficiários do PBA cadastrados no CadÚnico, residem na Região Sul I. Em seguida, a Região Norte concentra 20,6% dos beneficiários, o que em parte pode ser explicado pelo fato dessa região ser a mais populosa da cidade. Com números aproximados, as regiões Leste e Oeste, possuem respectivamente 14,8% e 14,7% dos beneficiários e a Região Sul II, que agrega 2,5% da população total (17,0 mil pessoas segundo IBGE – Censo 2010, estimativa 2015), possui 9,3% de beneficiários, o que indica que, proporcionalmente, esta região apresenta vulnerabilidade socioeconômica significativa.

A Região Centro, composta pelas áreas de ponderação Centro, Campestre e Assunção apresenta o menor número de beneficiários, com 3,4% dos casos. Esta é a região mais rica da cidade, local de moradia das famílias com melhores condições de vida. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o número de beneficiários desta região se caracteriza como o menor, indicador positivo para este território, ele marca a desigualdade desta região em relação às outras regiões da cidade, e a desigualdade interna à região, visto a existência de parcela de população em condição de vulnerabilidade socioeconômica ao lado das condições mais abastadas de vida.

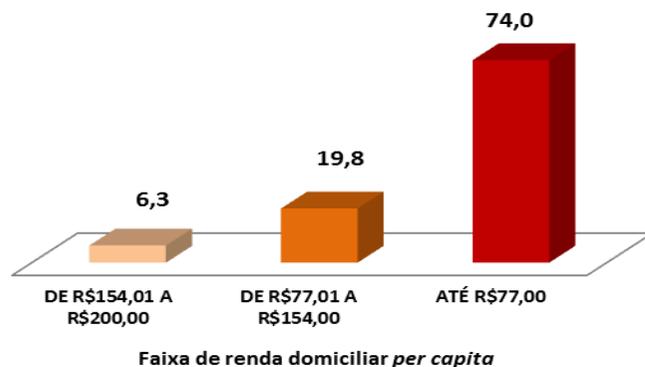
Mapa 1 – Distribuição territorial das famílias beneficiárias do Banco de Alimentos, cadastradas no CadÚnico.



Fonte: CadÚnico/MDS, novembro 2015. Elaboração: DISE/SOPP/SIAS/PSA

Observando ainda os beneficiários de forma territorializada e agora com recorte no aspecto renda familiar, das 4.036 famílias que acessam o PBA e estão no CadÚnico, é possível verificar categorias distintas, o que foi realizado a partir do critério de renda elaborado pelo MDS para pagamento do benefício Bolsa Família. Neste caso, verificou-se que 74% dessas famílias, ou seja, a grande maioria delas vive na extrema pobreza, conforme ilustra o gráfico 4, com renda *per capita* até R\$77,00, situação de renda que é considerada como aquela mais vulnerável.

Gráfico 4 - Proporção de famílias no CadÚnico e beneficiária do Programa Banco de Alimentos, segundo faixa de renda domiciliar *per capita* – Santo André, 2015.



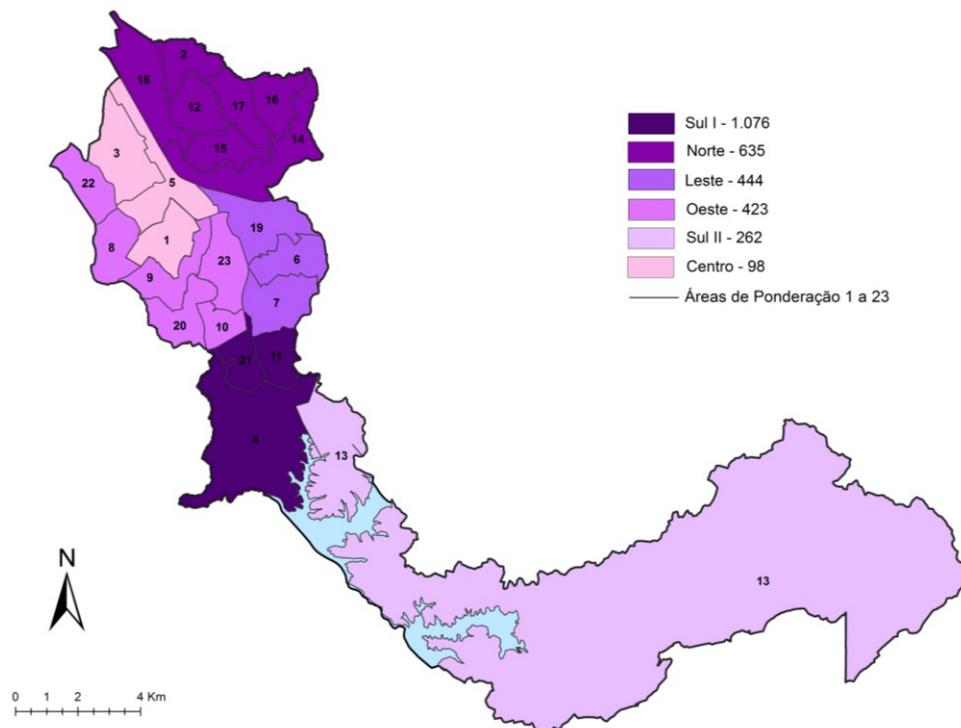
Fonte: DISE/SOPP/SIAS/PSA a partir do CadÚnico, 2015.

Como observado em estudos anteriores<sup>9</sup>, que apresentam um conjunto de evidências detalhadas a respeito das condições de vida da população de Santo André, e mencionado acima, a região Sul I concentra contingente significativo de famílias vivendo em formas extremas de pobreza.<sup>10</sup> De forma a ratificar a porção do território da cidade onde se encontram as piores condições de vida, é possível afirmar também por meio das informações coletadas para este trabalho que a maioria das famílias do PBA na extrema pobreza está concentrada na região Sul I da cidade; mais de 1,0 mil de famílias (36%) com esse perfil socioeconômico, como mostra o mapa 2.

<sup>9</sup> Ver, Transições negadas, transições possíveis: um estudo dos jovens de Santo André (2015), especialmente capítulo dedicado ao mercado de trabalho, pags. 35 a 52. Ver, também, Panorama da Pobreza em Santo André (2015).

<sup>10</sup> A produção da cidade, particularmente a produção de moradias, é a materialização de certas relações sociais, especialmente as relações de classes, que tem no processo de trabalho seu epicentro, pois é pelo trabalho que a maioria das pessoas obtém recursos seja para um financiamento habitacional ou para pagar um aluguel. E deste modo, dada a situação de penúria destas famílias, observa-se que elas são forçadas a ocupar espaços onde a infraestrutura urbana é inexistente ou precária, isto quer dizer: onde a cidade tem as piores condições de moradia. Em outros termos, dependendo da origem social da família, seu lugar na cidade já está demarcado.

Mapa 2 - Nº de famílias no CadÚnico na extrema pobreza e beneficiárias do Banco de Alimentos, segundo região da cidade – Santo André, 2015.

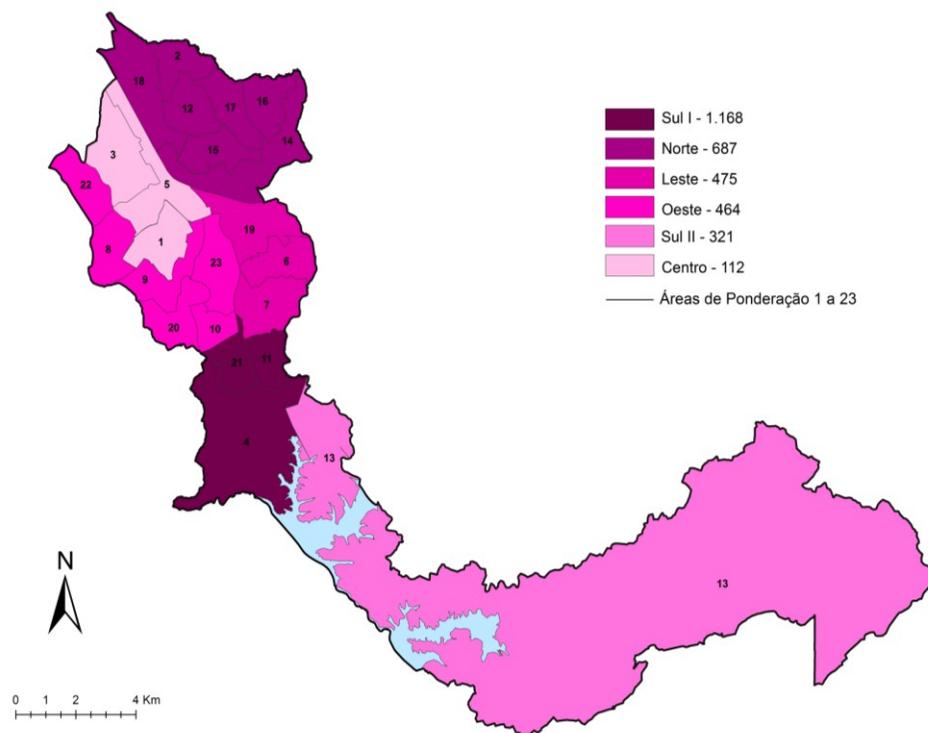


Fonte: DISE/SOPP/SIAS/PSA a partir do CadÚnico, 2015.

Ainda neste universo, e em concordância com a diretriz nacional de articulação das políticas sociais, das famílias identificadas no CadÚnico e beneficiárias do PBA, 81% (3.259 famílias) também são beneficiárias do PBF, de modo que a região denominada Sul I agrega 36% desses casos (ou 1.168 famílias), conforme ilustra o mapa 3<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Segundo CadÚnico, base consolidada em 2015, das 23 mil famílias beneficiárias do PBF em Santo André, 31% (7.408 casos) estão concentradas na região Sul I da cidade, sendo que 73% estão na pobreza extrema.

Mapa 3 - Distribuição das famílias cadastradas no CadÚnico, beneficiárias do PBF e do PBA, segundo regiões da cidade – Santo André, 2015



Fonte: DISE/SOPP/SIAS/PSA a partir do CadÚnico, 2015.

\*\*\*

A escolha pela abordagem de características geográficas, condições de trabalho, renda domiciliar *per capita*, despesas domésticas e condições de moradia, permite analisar a pobreza, sobretudo no que diz respeito às pessoas extremamente pobres, de forma multidimensional. Dessa forma, podemos observar nas informações anteriores como os indicadores se combinam de forma a aproximar o olhar, sob a ótica de diversos aspectos, para a realidade em que se encontram as famílias beneficiárias do Banco de Alimentos de Santo André.

As informações também apontam como esta realidade é complexa, uma teia que foi sendo construída por diversos arranjos de políticas econômicas, sustentados e organizados ao longo do tempo no território, e que foram conferindo lugares possíveis para determinadas pessoas, de maneira a alojar na região Sul I da cidade o maior

contingente de pessoas em situação de penúria e na região Centro, de forma desigual, a possibilidade de melhores oportunidades sociais, materializadas no acesso à escola, trabalho, condições de moradia, entre outros.

O número de famílias no CadÚnico que acessa o PBA, por meio de recebimento de alimentos via instituições assistenciais (em torno de 140 unidades), totalizou 4.036 em novembro de 2015, ou 13.489 pessoas, conforme mencionamos no início desta seção. Como se pode observar ao longo da exposição, as pessoas que acessam o PBA fazem parte do conjunto de moradores da cidade cuja condição socioeconômica os condena a formas extremas de miséria.

Nessa perspectiva de análise, a combinação de variáveis, ainda que apresentada aqui em traços gerais, dá a medida para o estabelecimento de uma estratégia de inclusão social, a fim de priorizar ações articuladas voltadas a camadas da população em situação de maior vulnerabilidade. Dessa estratégia faz parte importante o Programa Banco de Alimentos de Santo André que, em composição com outras políticas sociais, vem avançando em direção a possibilitar o acesso aos meios de sobrevivência e também aos de sustentabilidade, política articulada que reúne potencial de superação das condições de desigualdade ainda persistentes na cidade.